

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2014

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1 – Ações de destaque no ano de 2014

SOCIEDADE

- ✓ *Realização do I Encontro de Orientações do TCEES, no qual representantes de 56 municípios atingidos pelas fortes chuvas, em dezembro de 2013, receberam as devidas informações técnicas.*
- ✓ *Realização do II Encontro de Orientações do TCEES, no qual participaram mais de 400 jurisdicionados, entre prefeitos, secretários de finanças, responsáveis pelo controle interno, contadores, assessores técnicos e servidores municipais, cujo objetivo foi apresentar as novas regras de envio da PCA, alteradas com a edição da Instrução Normativa 28/2013. Foram apresentadas também soluções para as principais dificuldades enfrentadas pelo usuário do Cidades-Web – sistema de remessa, por meio da internet, e de processamento de dados referentes à abertura do exercício e prestações de contas dos gestores.*
- ✓ *Aprovação do calendário para o exercício de 2014. Atendendo ao pleito dos advogados, os prazos processuais serão suspensos por um mês no fim do ano, de 20 de dezembro 2014 a 19 de janeiro de 2015.*
- ✓ *Realização de encontro técnico destinado a esclarecer o conteúdo da Instrução Normativa nº 31, que trata dos atos de pessoal;*
- ✓ *Realização de ações de conscientização por ocasião do movimento Outubro Rosa, em apoio à luta contra o câncer de mama e em parceria com a Afecc (Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer);*
- ✓ *Exposição para alunos da FDV – Faculdade de Direito de Vitória acerca do papel e competências deste Tribunal de Contas;*
- ✓ *Lançamento do Projeto Cidade Mais Acessível. A iniciativa tem como propósito oferecer aos jurisdicionados ferramentas para eliminação de barreiras físicas e comportamentais, favorecendo a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.*

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ *Participação do TCEES no Encontro de Gestores Municipais promovido pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), no auditório da Federação das Indústrias (Findes). Um dos palestrantes do evento foi o conselheiro José Antônio Pimentel.*

- ✓ *Formalização de parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de conjugar esforços para aperfeiçoamento e a manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e de atos que possam caracterizar inelegibilidade de gestores públicos por um período de oito anos.*
- ✓ *Participação em evento nacional realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRC-ES), o SINCASP – Simpósio Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.*
- ✓ *Participação no XVI Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), realizado em Florianópolis/SC. O TCEES relatou sua experiência em alguns temas como qualidade e acessibilidade das obras públicas, irregularidades em obra rodoviária e obras paralisadas.*
- ✓ *Participação na 1ª Capacitação Internacional em SAI-PMF (Supreme Audit Institutions Performance Measurement Framework) desenvolvida pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), realizada pelo Banco Mundial no Tribunal de Contas de Minas Gerais.*
- ✓ *Apresentação do Coral de Contas, formado por servidores do TCEES, dentro das programações do projeto “TC em Canto na Cidade”. Foram realizadas apresentações em frente à Assembléia Legislativa, nos Terminais de Vila Velha e Laranjeiras, dentre outras apresentações diversas.*
- ✓ *Participação no IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, que teve o tema: “O papel dos TC’s frente às demandas sociais”. O Presidente do TCEES, conselheiro Domingos Taufner, foi um dos palestrantes do evento.*
- ✓ *Realização de evento “Governança Pública para o Desenvolvimento Nacional Sustentável – Edição Espírito Santo”, em cooperação com o Tribunal de Contas da União. Prefeitos, presidentes de câmaras municipais e gestores dos demais poderes estaduais foram apresentados à pesquisa de levantamento da governança pública nacional, a ser respondida pelos gestores públicos.*
- ✓ *Realização de evento em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-ES). Foi realizada uma palestra e mesa redonda abordando os desafios da contabilidade do setor público. O público-alvo foi composto por profissionais de Contabilidade, controladores, professores e estudantes.*

GESTÃO ESTRATÉGICA

- ✓ *Finalização dos projetos: “Novo portal do TCEES”, “Concurso público para analista administrativo” e “Implantar a Ouvidoria do TCEES”.*
- ✓ *Aprovação da criação do Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NJS) deste Tribunal de Contas.*

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ *Apresentação da palestra “Stress o jogo da vida”, proferida pelo médico Jorge Luiz de Miranda em evento do projeto “Saúde do Servidor”. O médico abordou o tema de maneira leve e envolveu os participantes ao falar do que ele chamou de “mal do século”.*
- ✓ *Realização dos Jogos Internos dos Servidores do TCEES. O evento contou com a participação especial do goleiro da seleção brasileira de Futebol de Areia, Jenilson Brito Rodrigues, o “Mão”, eleito pela Fifa o melhor goleiro e jogador da competição, em 2013. Mão emocionou os ouvintes com sua história de superação de vida através do esporte.*
- ✓ *Realização de palestra do projeto “Saúde do Servidor” com o tema Hipertensão. A palestra foi proferida pelo médico Jorge Miranda, que abordou as principais questões da doença, como diagnóstico precoce, fatores de riscos, consequências e precauções.*
- ✓ *Nomeação de todos os aprovados no concurso de Analista Administrativo, realizado em dezembro de 2013. Os aprovados, provenientes das áreas de Administração / Economia, Ciências Contábeis, Direito, Arquivologia, Arquitetura, Informática e Biblioteconomia, estão lotados nas diversas unidades operacionais do TCEES.*
- ✓ *Realização de exposição de fotografias de servidores do Tribunal de Contas, por ocasião do I Concurso de Fotografia desta corte. O tema central do concurso foi: “O Espírito Santo pelos olhos do servidor”.*

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- ✓ *Publicação exclusivamente no Diário Eletrônico, desde o início de janeiro, dos atos do TCEES.*

- ✓ *Emissão, pela Internet, de Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCEES. Por força de legislação estadual e municipal, desde 2012, pessoas nomeadas em cargos públicos devem apresentar a certidão para tomar posse, o que gerou um aumento na demanda ao Tribunal e a necessidade de modernização do processo.*
- ✓ *Disponibilização para consulta online de mais de 1.800 volumes de processo no Centro de Documentação (CDOC). Essa ação é resultado do projeto de Digitalização do Acervo que tem como objetivo empregar gradativamente o meio eletrônico, substituindo o papel impresso como matriz de documentos no Tribunal.*
- ✓ *Implantação do módulo de CI Eletrônica do e-TCEES, possibilitando um gerenciamento completo e informatizado do processo de envio, recebimento, localização e arquivamento das comunicações internas desta Corte.*

ELEIÇÃO E POSSE

- ✓ *Posse do Procurador-geral de Contas Luis Henrique Anastácio da Silva ao cargo de procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para atuação no biênio 2014/2015, em sessão especial realizada no dia 11/03/14.*
- ✓ *Posse das novas diretorias da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), para o biênio 2014/2015, no dia 26/03/14, no plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Na Atricon, o TCEES está sendo representado pelo conselheiro Carlos Ranna, eleito 2º Vice Presidente, e o conselheiro Rodrigo Chamoun, eleito como suplente. No IRB, o TCEES é representado pelo conselheiro Domingos Taufner, eleito 3º Vice Presidente.*

OUTRAS AÇÕES

- ✓ *Definição, por sorteio realizado na sessão plenária do dia 28/01/14, do conselheiro José Antônio Pimentel como relator do processo que analisará a licitação na modalidade concorrência pública nº 006/2013, lançada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), cujo objeto é a construção da ligação entre Vitória e Cariacica, compreendendo ponte (4ª), acesso e viaduto.*

- ✓ *Definição, também por sorteio realizado na sessão plenária do dia 28/01/14, do conselheiro Sérgio Aboudib como relator do processo que trata da concorrência nº 005/2013, da SETOP, que tem por objetivo a implantação do BRT.*
- ✓ *Indicação do conselheiro Sérgio Borges, durante sessão plenária realizada no dia 18/03/14, como relator das contas do Governo do Estado do Espírito Santo referente ao exercício de 2014. A definição seguiu critérios de antiguidade e rodízio.*
- ✓ *Realização de mais uma ação do projeto de Digitalização do Acervo do TCEES, que descartou mais de 1.500 processos do Centro de Documentação (CDOC), equivalendo a 1.750 quilos de papel.*
- ✓ *Realização de mais uma campanha Páscoa Solidária, que teve por objetivo arrecadar ovos de páscoa entre os servidores da Corte para doar a instituições que acolhem crianças e jovens carentes. Foram doados mais de 100 ovos de chocolate, beneficiando quatro instituições do município de Serra.*
- ✓ *Conclusão de relatório técnico inicial do contrato de concessão 001/1998 da Rodosol. Após a notificação e a citação, o TCEES deu publicidade ao relatório técnico e à Instrução Técnica Inicial (ITI), que estão disponíveis no Portal do TCEES para consulta.*
- ✓ *Assinatura de acordo de cooperação técnica em conjunto com instituições públicas do Estado para criação da Rede de Ouvidorias do Estado do Espírito Santo. O objetivo é integrar e fortalecer as ações das ouvidorias do Estado.*
- ✓ *Contribuição para o lançamento do Anuário Finanças dos Municípios Capixabas, ano 2014. O TCEES disponibilizou informações para a elaboração da revista e apresentou várias orientações aos prefeitos.*
- ✓ *Realização dos Jogos Internos dos Servidores do TCEES.*
- ✓ *Apresentações do Coral de Contas, formado por servidores do TCEES. No mês de dezembro foi realizada uma intensa programação visitando diversas instituições sociais como, por exemplo, o Asilo de Vitória e o Hospital Infantil.*

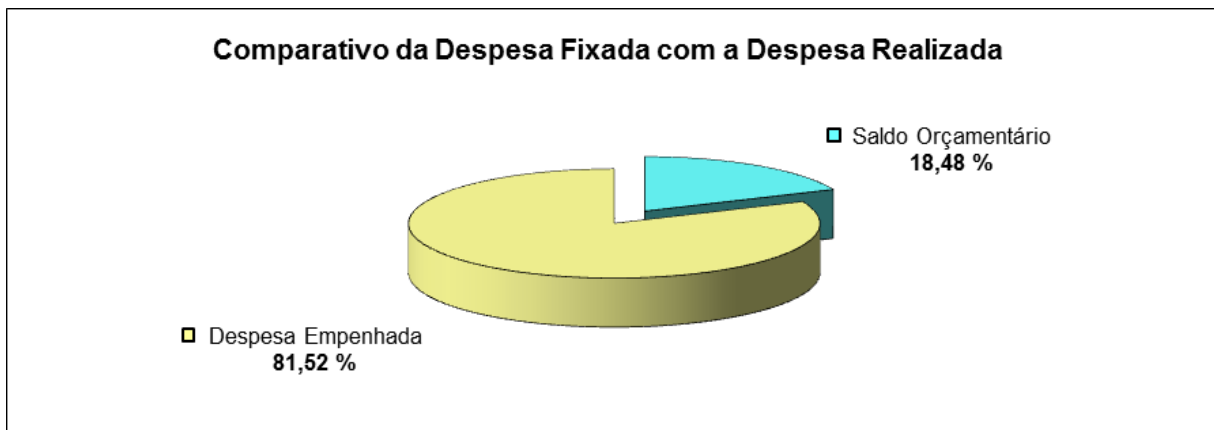
2 - Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

O Orçamento Estadual para o exercício financeiro de 2014, objeto da Lei nº 10.164/2014, estimou a receita e fixou a despesa para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo em R\$ 134.662.059,00.

No decorrer do exercício foram realizados 4 (quatro) Créditos Adicionais, sendo que 2 (dois) deles provocaram acréscimo no valor global da despesa autorizada da ordem de R\$ 15.804.279,00, por meio dos Decretos nº 2.432-S de 17/11/2014, e de nº 2.720-S de 15/12/2014, perfazendo uma autorização orçamentária de R\$ 150.466.338,00.

Na sequência um Crédito Especial e um Crédito Suplementar foram abertos através da Lei nº 10.264/2014 de 19/08/2014 e do Decreto nº 2.105-S de 10/10/2014, não provocando nenhuma alteração no valor total da despesa, vez que foram utilizadas anulações de dotações do próprio órgão, como *fonte de recursos* para viabilizá-los.

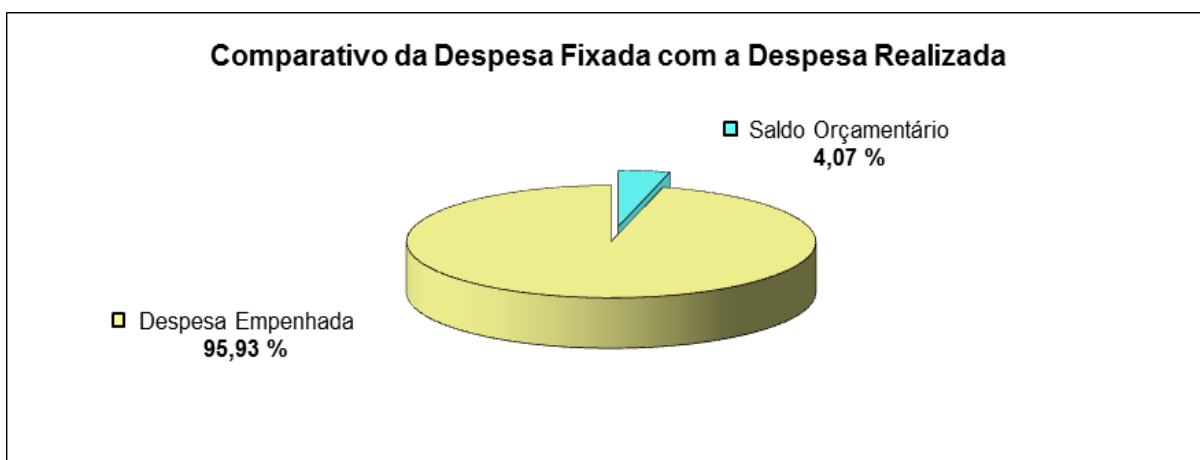
As despesas empenhadas somam um total de R\$ 122.663.039,29, tendo-se apurado uma economia orçamentária no valor de R\$ 27.803.298,71, o que corresponde a 18,48 % do que fora fixado.



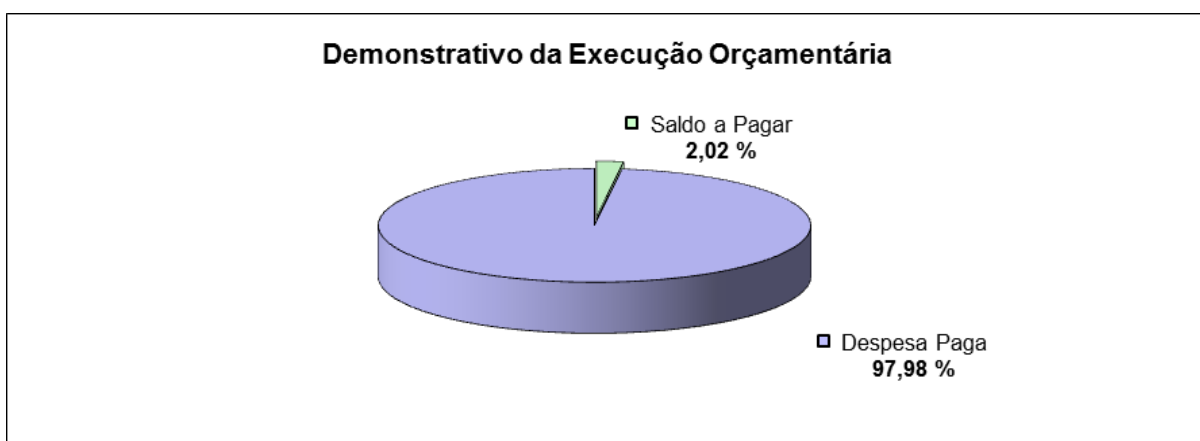
Ressalta-se, porém, que o crédito orçamentário relativo a atividade 0.010 – Contribuição Previdenciária Complementar, no valor de R\$ 22.604.279,00 permaneceu bloqueado pela Secretaria de Economia e Planejamento, nos termos do art. 10 da Lei 10.164/2014, tendo em vista que os repasses financeiros ao Instituto Próprio de Previdência

do Estado do Espírito Santo à título de “*Aporte Financeiro*” foram executadas por meio de operações *extra-orçamentárias*.

Desta forma, se desconsiderarmos a parcela do orçamento que consignava valores a serem repassados a título de “Aporte Financeiro” ao FUNPES, a qual ficou bloqueada durante o exercício financeiro, e que, também não foi utilizada como *fonte de recurso* em Crédito Adicional desta Corte de Contas, obteremos uma economia orçamentária da ordem de R\$ 5.199.019,71, que corresponde a apenas 4,07 % do que fora autorizado.



Do total das despesas empenhadas no exercício, foi pago o montante de R\$ 120.183.243,82, ficando um saldo a pagar da ordem de R\$ 2.479.795,47, compondo os Restos a Pagar.



Dos pagamentos orçamentários efetivamente realizados, destacamos R\$ 104.328.529,71 de despesa com pessoal, R\$ 14.725.832,75 de despesas com manutenção do órgão, ou custeio, e R\$ 1.128.881,36 a título de investimentos.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31 de dezembro de 2014.

(valores em R\$)

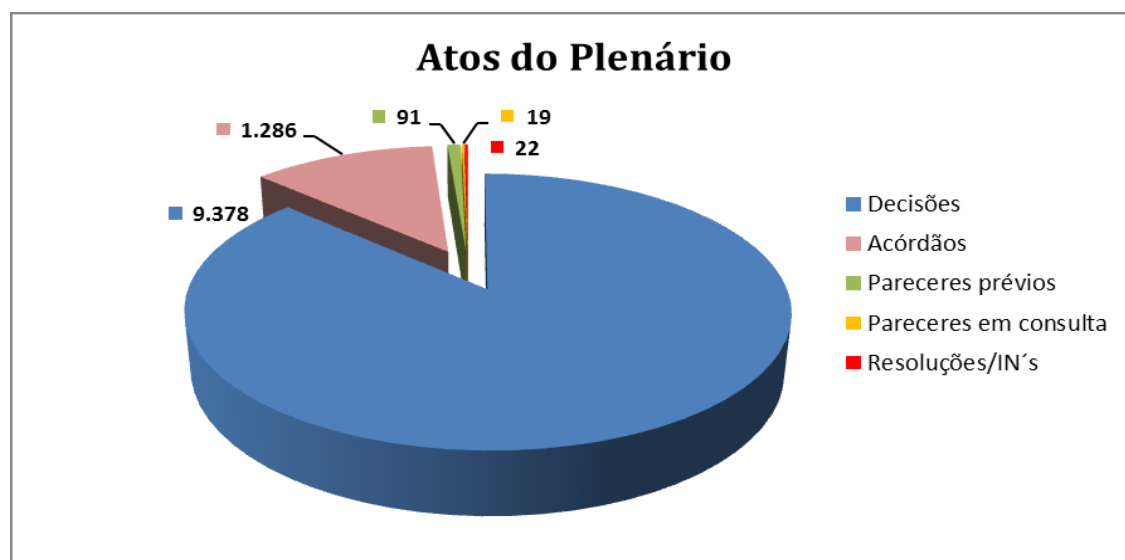
Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	131.610.179,00	147.914.458,00	120.882.933,23	119.339.768,14	119.054.362,46
Pessoal	112.068.642,00	128.879.701,00	105.083.327,66	104.613.935,39	104.328.529,71
Pessoal - Ativo	96.068.642,00	106.275.422,00	105.083.327,66	104.613.935,39	104.328.529,71
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	16.000.000,00	22.604.279,00	-	-	-
Outras despesas correntes (custeio)	19.541.537,00	19.034.757,00	15.799.605,57	14.725.832,75	14.725.832,75
Despesa de capital (investimento)	3.051.880,00	2.551.880,00	1.780.106,06	1.128.881,36	1.128.881,36
Total Geral	134.662.059,00	150.466.338,00	122.663.039,29	120.468.649,50	120.183.243,82
Total Disponível ⁽³⁾	118.662.059,00	127.862.059,00			

⁽¹⁾ Valores acumulados no exercício financeiro.

⁽²⁾ Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 10.164/14 (LOA).

⁽³⁾ Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo, repassados ao RPPS a título de aporte financeiro.

Dentre as ações orçamentárias destaca-se a de **Exercício do Controle Externo** a qual está vinculada a atividade fim do órgão, onde asseveramos que no exercício de 2014, foram realizadas 137 sessões plenárias, totalizando 12.793 processos em pauta, sendo emitidos 10.796 atos do plenário, conforme gráfico.

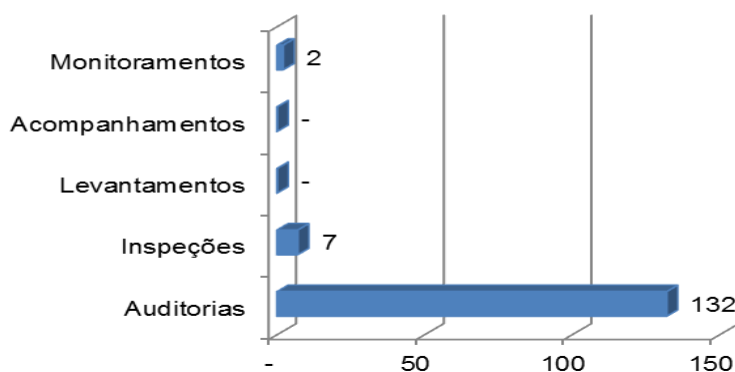


Destaca-se ainda, o PAF – Plano de Fiscalização aprovado para o exercício de 2014, no qual estava previsto a realização de procedimentos de controle externo no período de fevereiro a novembro deste ano, contemplando:

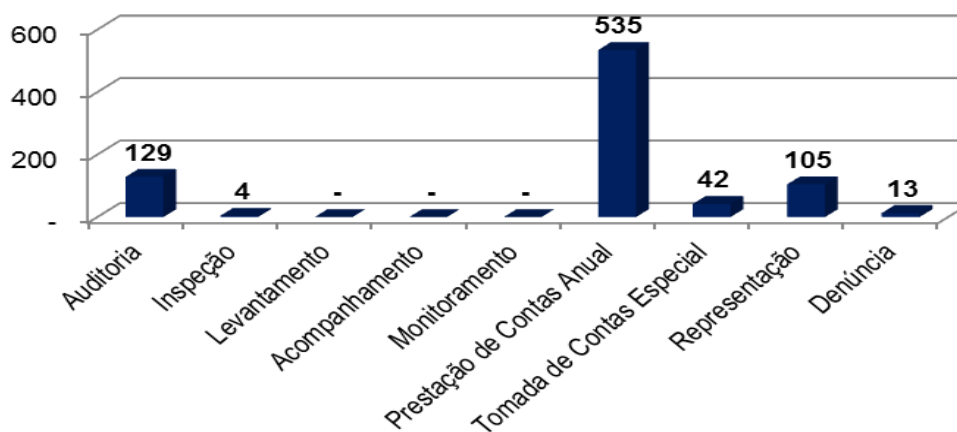
- A realização de 83 (oitenta e três) fiscalizações de iniciativa própria, definidas com base em critérios de materialidade, relevância e risco; e,
- A realização de 14 (quatorze) ações de controle externo originadas de iniciativa externa.

O procedimento de auditoria, principal instrumento de fiscalização utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.

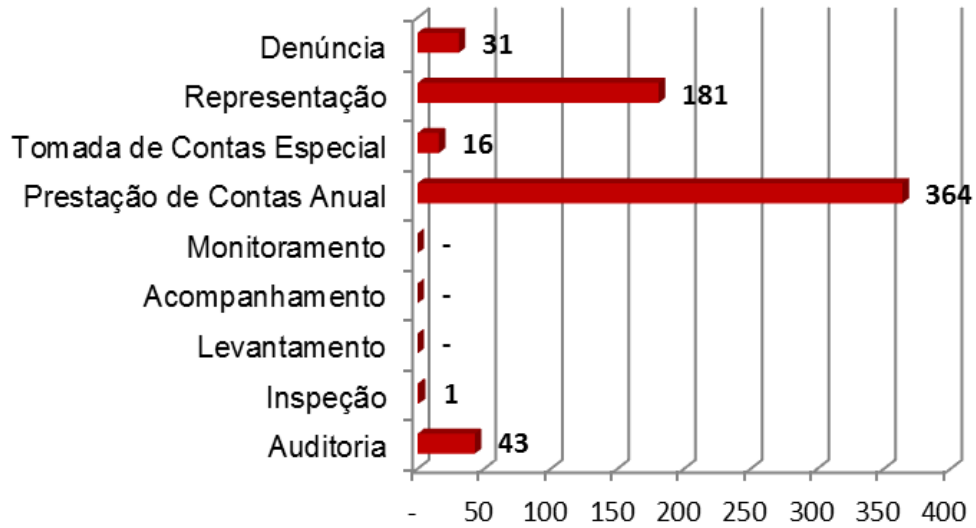
Fiscalizações



Instruções Técnicas Iniciais



Instruções Técnicas Conclusivas



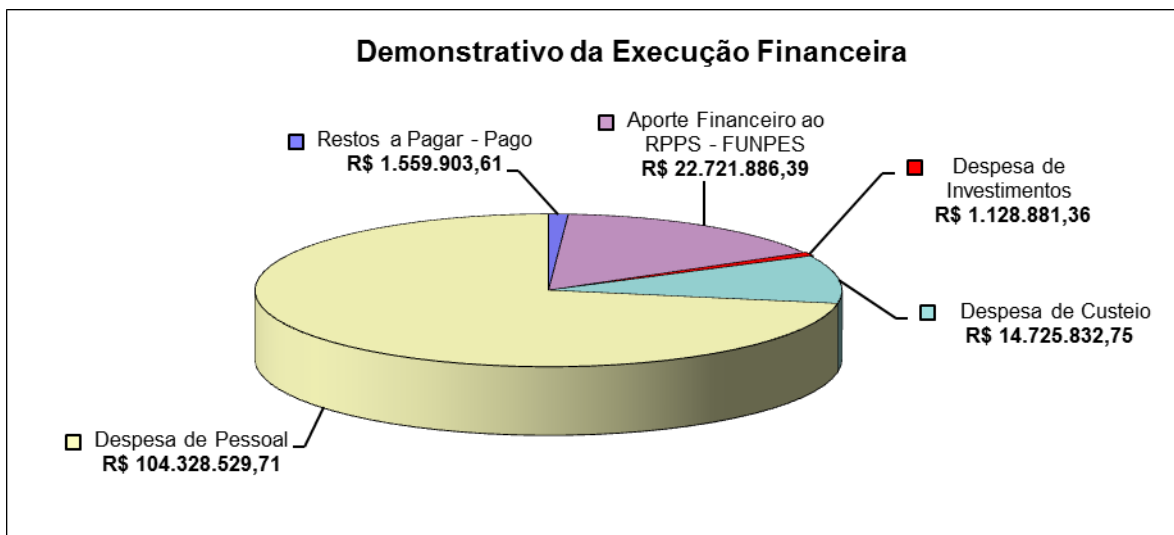
ATOS SUJEITOS A REGISTRO	2013	2014
Atos concessórios (aposentadoria, pensão, reserva e reforma)	4.937	5.709
Atos admissionais	7.452	5.335
Outros	182	97
Total	12.571	11.141

ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	2013	2014
Prestações de contas bimestrais (PCB)	204	812
Relatórios da LRF analisados	532	445
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	270	462
Instruções preliminares em representações	297	105
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	869	636
de auditorias	241	43
de prestação de contas anual (PCA)	383	364
de outros processos	245	229

RECURSO, REVISÃO E CONSULTA	2013	2014
Orientação Técnica de Consulta	99	48
Instrução Técnica de Recurso	104	168
Instrução Técnica de Revisão	-	-
Instrução Técnica de Defesa	-	-
Instrução Técnica em Estudos de Casos Especiais	-	6
Total	203	222

OUTRAS INSTRUÇÕES E MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS	2013	2014
RREO	286	187
RGF	242	198
PPA	-	22
LDO	2	18
LOA	2	20
Prestações de Contas Bimestrais	204	812
Análise de Edital	28	-
Comunicação de Tomada de Contas Especial	11	29
Instrução Preliminar - Medidas Cautelares	64	200
Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal - ITMF	17	15
Manifestação Técnica de Chefia	-	58
Manifestação Técnica de Defesa	9	22
Manifestação Técnica de Recurso e de Revisão	20	8
Manifestação Técnica em Defesa Oral		29
Outras	2023	1.480
Total	2.023	3.098

No que tange aos pagamentos extra-orçamentários, cumpre ressaltar o valor de R\$ 1.559.903,61 de pagamento de Restos a Pagar e o valor de R\$ 22.721.886,39 repassados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Espírito Santo, para cobertura de déficit do Fundo Financeiro – FUNPES.



O patrimônio do órgão apresenta no Ativo Circulante – Caixa e Equivalentes de Caixa um saldo de R\$ 29.015.551,33 e um Superávit Financeiro da ordem de R\$ 26.007.756,29. Cobrando relevo o fato de que o Passivo Permanente iniciou o exercício com um saldo de R\$ 20.920.389,19, contudo, em função de uma gestão financeira criteriosa, encerrou com um saldo de R\$ 14.375.533,95, apresentado uma redução da ordem de R\$ 6.544.855,24.

É o relatório.

Em 10 de março de 2014

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente